



PLANDHIS

PLANO DISTRITAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

FORAM REALIZADAS 11 REUNIÕES DA CÂMARA TÉCNICA DE REVISÃO DO PLANDHS EM 2018.

REUNIÕES DA CÂMARA TÉCNICA DE REVISÃO DO PLANDHS EM 2019 :

- Reunião 12 – 04/04/2019 – Retomada os trabalhos com atualização de informações
- Reunião 13 – 08/05/2019 – Autogestão Parte I
- Reunião 14 – 29/05/2019 – Autogestão Parte II
- Reunião 15 – 19/06/2019 – Programa MORAVIDA – para mulheres vítimas de violência em estado de grave risco de vida
- Reunião 16 – 17/07/2019 – Programa para população em situação de rua
- Reunião 17 – 14/08/2019 – ESTRATÉGIAS DE PROVIMENTO I
- Reunião 18 – 04/09/2019 – ESTRATÉGIAS DE PROVIMENTO II – Análise territorial por RA da PDAD 2018
- Reunião 19 – 25/09/2019 – ESTRATÉGIAS DE PROVIMENTO III – Instrumentos Administrativos, Urbanísticos e Tributários e FINANCIAMENTO E SUBSÍDIO
- **Reunião 20 – 09/10/2019 – MECANISMOS DE GESTÃO PARTICIPATIVA**



ENCAMINHAMENTOS – REUNIÃO 25/09/2019

- Identificar forças contrárias do Plandhis para definir estratégias de enfrentamento;
- Realizar reuniões paralelas com atores envolvidos para tratar do Plandhis;
- Apresentar o cruzamento das linhas de ação com as outras políticas públicas



CAPÍTULO ATUAL – 5. ESTRATÉGIAS DE PROVIMENTO





MECANISMOS DE GESTÃO PARTICIPATIVA

Esse capítulo envolve a divisão do controle da construção e gestão dos imóveis ofertados entre os agentes institucionais e não-institucionais, bem como **o incentivo às formas alternativas de realização da Política Habitacional, visando ao fomento à autonomia dos beneficiários em todas as instâncias do provimento.**

DOS PRINCÍPIOS DO PLANDHS:

A proposta de revisão do Plano Distrital de Habitação de Interesse Social é sustentada, dentre outros princípios, o da **Gestão Participativa, que visa o envolvimento da população de interesse social na elaboração, gestão e monitoramento do PLANDHS e dos programas habitacionais a ele vinculados.**

DIRETRIZES:

- ampliar e fortalecer as instâncias de interlocução com a população, envolvendo todos os atores de planejamento e execução afetos ao provimento de HIS;
- promover o envolvimento da população ao longo de todo o processo de provimento habitacional, especialmente na elaboração do projeto arquitetônico e urbanístico dos empreendimentos, ampliando as formas de interlocução com a comunidade;
- incentivar a renovação de atores políticos que tenham representatividade dentro das comunidades;
- incentivar processos de autogestão coordenados por cooperativas, entidades sociais e movimentos sociais de habitação;
- criar instância de diálogo, articulação e tomada de decisões relacionados ao planejamento e implantação da política habitacional do Distrito Federal entre seu órgão de planejamento, seu órgão de execução e a sociedade civil.

Perguntas para discussão: (transparência os dados, empoderamento dos atores, etc. ; ver com a Cris as instancias que estão sendo trabalhadas no PDOT)

1. Como alcançar o modelo de urbanização com acesso democrático à habitação, infraestruturas e serviços, envolvendo mais atores?
2. Como pensar a política urbana desvinculada do calendário das gestões?
3. Quem são os atores? (Governo, Agentes de mercado, Sociedade Civil, líderes comunitários, etc)
4. Como os atores podem atuar nas formas de captação de recursos para a política urbana?
5. Como o Conselho de Habitação pode atuar nessa questão?
6. O Grupo Gestor e o Grupo Técnico Executivo do Habita Brasília vão atuar na parte institucional?
7. Como o Cadastro e a Gestão da Informação é tratada hoje? Devem haver alterações?
8. Como preservar as relações sociais estabelecidas no setor, possibilitando o empoderamento dos atores que contribuem para sua vitalidade e garantindo a manutenção e diversificação dos serviços?
9. Como programas para capacitação, apoio e crédito podem atuar no processo de participação?
10. É possível criar uma rede de proteção social, visando prevenir a exclusão e a segregação social e promover uma comunidade heterogênea, multicultural e tolerante?
11. Como promover a integração e articulação entre programas intersetoriais (habitação, saúde, educação, trabalho, cultura etc)?
12. Como promover lideranças nas diversas áreas do DF com o olhar voltado para a habitação associada a realização de diversas atividades de apoio, como a promoção cultural por exemplo?

13. Como promover canais perenes de escuta dos diversos grupos acolhidos pela política de habitação de interesse social antes, durante e pós plano/atendimento?
14. Como criar soluções de habitação que correspondam às particularidades e expectativas de cada grupo a ser contemplado pela política de habitação de interesse social?
15. Como efetuar o monitoramento da efetividade dos programas habitacionais e da satisfação com eles?
16. Como incentivar e apoiar a autonomia dos grupos organizados na concepção de soluções habitacionais próprias e viáveis à realidade socioeconômica?
17. Como fomentar o princípio da moradia como um serviço no alinhamento de todos os atores envolvidos?
18. Como criar coletivamente soluções habitacionais inovadoras, inclusivas e menos onerosas para cada uma das partes envolvidas?
19. Como incentivar, viabilizar e apoiar os espaços colaborativos coletivos nos diversos modelos de oferta habitacional?
20. Como aproveitar as experiências e talentos dos beneficiários nos processos de concepção e avaliação dos programas habitacionais?
21. Como garantir e promover a transparência nos processos de atendimento da política de habitação de interesse social?
22. Como criar meios de ampla divulgação e acompanhamento público da política de habitação de interesse social?

Mecanismos de Gestão Participativa:

- Promover o **envolvimento da população ao longo de todo o processo** de provimento habitacional, especialmente na elaboração do projeto arquitetônico e urbanístico dos empreendimentos, ampliando as formas de interlocução com a comunidade;
- Incentivar a **renovação de atores políticos** que tenham representatividade dentro das comunidades;
- Implantação do **Conselho de Habitação**, como órgão colegiado integrante do SISPLAN e do Sistema de Habitação do Distrito Federal:
 - Aproximação com a **CODHAB e com a sociedade civil**;
 - Aperfeiçoamento do **FUNDHIS**;
 - **Monitoramento e transparência** da política habitacional.

1. Propor número de vagas para representantes dos grupos vulneráveis na composição do Conselho de Habitação, com objetivo de envolver a população de interesse social na elaboração, gestão e monitoramento do PLANDHS e dos programas habitacionais a ele vinculados, incluindo a possibilidade de alteração da composição conforme necessidade e considerando um mínimo de **três** assentos para tais grupos;
2. Definir a forma de atuação dos componentes do Conselho para efetivar a participação como incentivo às formas alternativas de realização da política habitacional e o fomento à autonomia dos beneficiários em todas as instâncias do provimento;
3. Incluir estratégias de negociação com movimentos populares nas atribuições do Conselho;
4. Compartilhar e unificar o cadastro da política habitacional com as demais políticas sociais setoriais para ampliar a rede de assistência aos beneficiários da política habitacional;
5. Criar uma base de dados social em plataforma digital que contenha cruzamento de informações da política habitacional com as demais políticas sociais setoriais para identificação do cenário da habitação e dos fatores sociais influentes e para servir como ferramenta para análise e estudos das informações divulgadas por meio da transparência dos dados;

Trecho do curso sobre reabilitação urbana – Mcid

Um grande avanço nesse sentido é a inclusão, no Estatuto, do Capítulo IV – Da Gestão Democrática da Cidade (art.43 a 45 – Lei 10.257/2001), que amplia a idéia de gestão participativa e compartilhada através da introdução de instrumentos como os Conselhos de Política Urbana; os debates, audiências e consultas públicas; as conferências de desenvolvimento urbano; e a iniciativa popular de projetos de lei e planos. Tais instrumentos já produziram efeitos práticos, dentre os quais se destacam:

(...)

A introdução da obrigatoriedade da existência dos Conselhos Gestores, nos três níveis de governo, com a participação da sociedade civil, para gestão e coordenação dos recursos destinados à habitação de interesse social no âmbito do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS – lei 11.124).

Assim, é possível inferir que o sucesso do planejamento depende intimamente da participação da sociedade nas formulação e execução das políticas urbanas e que, nesse sentido, para garantir a efetividade dos planos municipais precisamos, necessariamente, ampliar a prática da gestão compartilhada da cidade. A democratização dos processos decisórios – e do controle social de sua implementação – é fundamental para romper este círculo vicioso e transformar o planejamento da ação municipal em algo não apenas compartilhado pelos cidadãos, mas assumido por estes, produzindo uma interface real com as demandas, pleitos e desejos dos diferentes grupos na cidade.

É evidente que este processo é marcado por conflitos – e o papel do poder público (Câmara/Executivo) é promover um processo organizado de escuta e de debate em torno das diferentes opções e suas implicações para a cidade, viabilizando as escolhas e sua implementação. Assim, os planos urbanísticos, os projetos urbanos e a regulação precisam aproximar-se dos cidadãos, estabelecendo um forte vínculo com a cidade real. (CÂMARA, 2005: 192-193)

mecanismos de capacitação e assistência técnica
Secretaria do Trabalho

Sistema S: CONVENIO

Sesc e Senac assinam protocolo de intenções com o GDF para oferecer serviços para a população

Um protocolo de intenções entre o governo do Distrito Federal, o Sesc e o Senac foi assinado na noite desta quarta-feira (27/02/2019), na sede da Fecomércio-DF, em Brasília. O documento tem o objetivo de criar uma parceria entre as instituições, apoiadas pela Fecomércio, e o Executivo local para o oferecimento de serviços nas áreas de capacitação profissional, cultura, saúde e assistência, por meio de programas de gratuidade.

Conselho de habitação

Site plandhis

Grupo de trabalho permanente codhab seduh

Dimensão cultural
Reuniões com os grupos :
Indígenas, refugiados e movimentos sociais

Próxima Câmara Técnica
**MONITORAMENTO E ACOMPANHAMENTO
SOCIAL**

Prevista para 23/10/2019



OBRIGADO

DIRETORIA DE HABITAÇÃO — DIHAB/COPLU/SUPLAN

TEL.: 3214-4186

eneida.aviani@seduh.df.gov.br

julia.luna@seduh.df.gov.br

marilia.melo@seduh.df.gov.br

manuella.coelho@seduh.df.gov.br

raquel.vianna@seduh.df.gov.br

BOLSISTA

giovannagtm@gmail.com